



Novo Direito Processual
por Salomão Viana



Novo Direito Processual
por Salomão Viana

JURISDIÇÃO



JURISDIÇÃO

SUMÁRIO

1 – Jurisdição, processo e Estado Democrático de Direito.

2 – Conceito de jurisdição.

3 – Elementos do conceito de jurisdição.

4 – Arbitragem.

5 – Equivalentes jurisdicionais:

5.1 – Autotutela (ou autodefesa)

5.2 – Autocomposição

5.3 – Composição estatal não jurisdicional

6 – Princípios da jurisdição

6.1 – Territorialidade

6.2 – Indelegabilidade

6.3 – Inafastabilidade

6.4 – Juízo natural

7 – Unidade da jurisdição

8 – Espécies de jurisdição

9 – Jurisdição voluntária



APOIO TÉCNICO

JURISTAS DAS COMARCAS DE JURISLÂNDIA E JURIDICÓPOLIS

Advogados:

Amanda Demanda, Carlos Causídico, Keri Kestão e Lidiane Lide

Membro do Ministério Público:

Dênis Denúncia

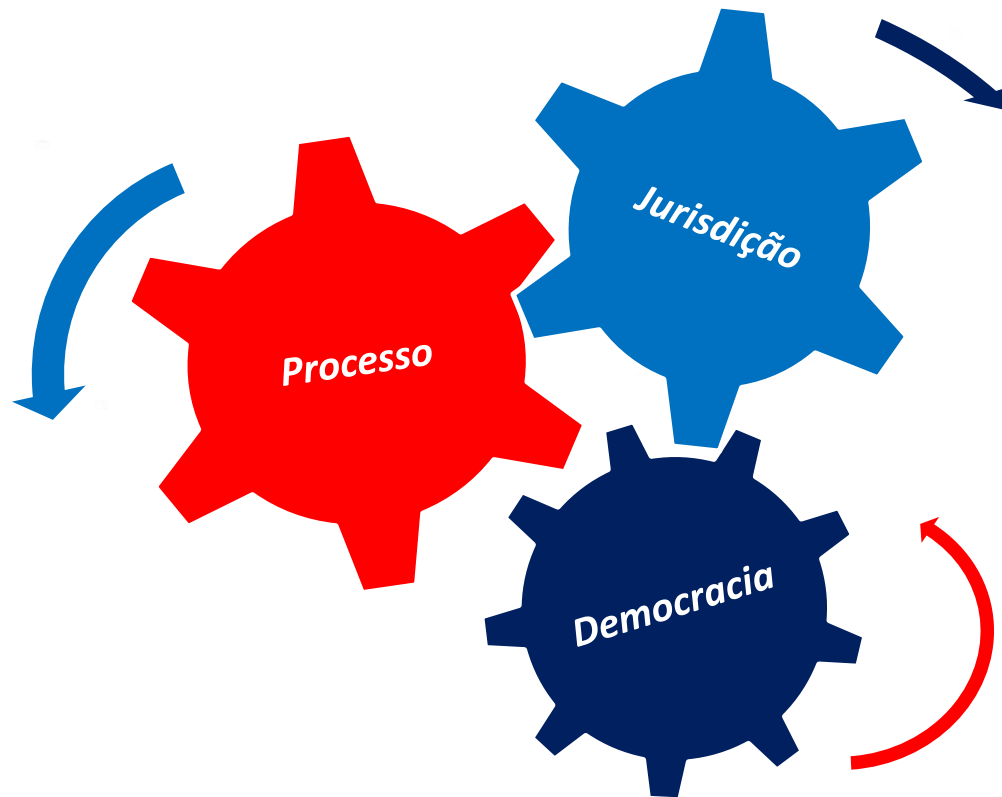
Juízes:

Cenira Sentença e Júlio Julgador

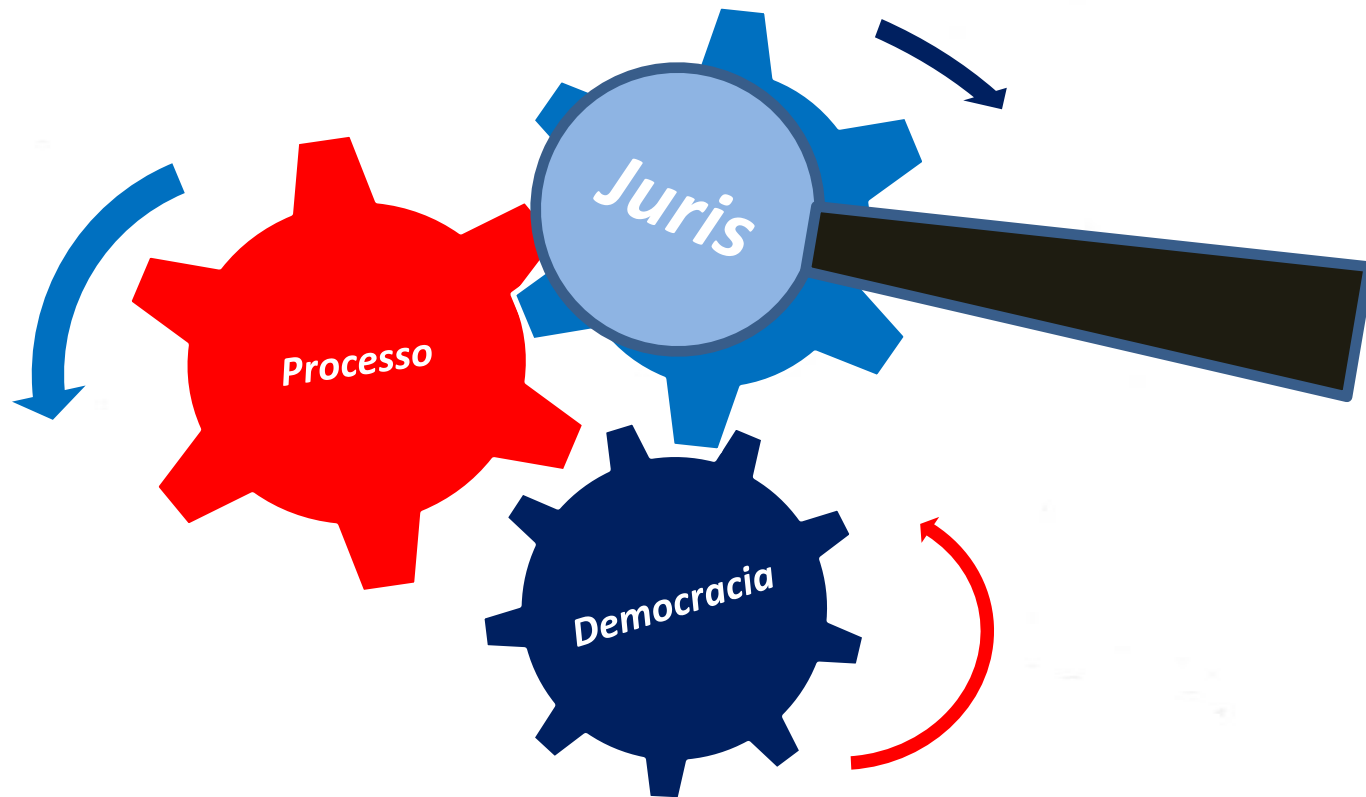
Auxiliares da Justiça:

Cid Citação e Ester Escrivã

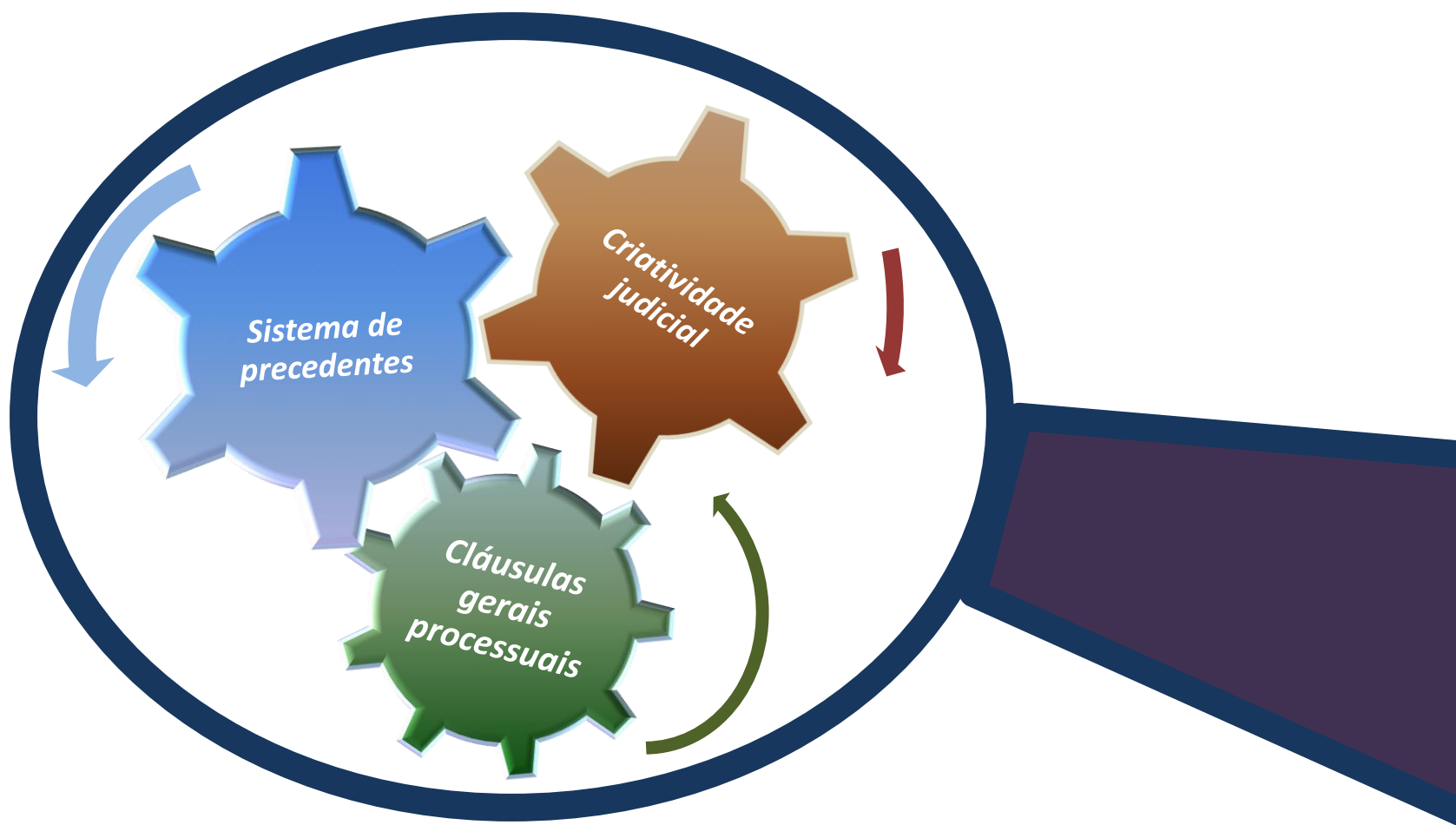














“Jurisdição é a função, atribuída a terceiro imparcial, de realizar o direito de modo imperativo e criativo, reconhecendo, efetivando ou protegendo situações jurídicas concretamente deduzidas, em decisão insusceptível de controle externo e com aptidão para tornar-se indiscutível.”

Fredie Didier



“Jurisdição é a função, atribuída a terceiro imparcial, de realizar o direito de modo imperativo e criativo, reconhecendo, efetivando ou protegendo situações jurídicas concretamente deduzidas, em decisão insusceptível de controle externo e com aptidão para tornar-se indiscutível.”

Fredie Didier



1º ELEMENTO DO CONCEITO DE JURISDIÇÃO

Impartialidade



JURISDIÇÃO



HETEROCOMPOSIÇÃO



*“**Jurisdição** é a função, atribuída a terceiro imparcial, de realizar o direito de modo imperativo e criativo, reconhecendo, efetivando ou protegendo situações jurídicas concretamente deduzidas, em decisão insusceptível de controle externo e com aptidão para tornar-se indiscutível.”*

Fredie Didier



2º ELEMENTO DO CONCEITO DE JURISDIÇÃO

Imparcialidade



1º E 2º ELEMENTOS DO CONCEITO DE JURISDIÇÃO
É função atribuída a terceiro imparcial.



IMPARTIALIDADE



IMPARÇIALIDADE



“Jurisdição é a função, atribuída a terceiro imparcial, de realizar o direito de modo imperativo e criativo, reconhecendo, efetivando ou protegendo situações jurídicas concretamente deduzidas, em decisão insusceptível de controle externo e com aptidão para tornar-se indiscutível.”

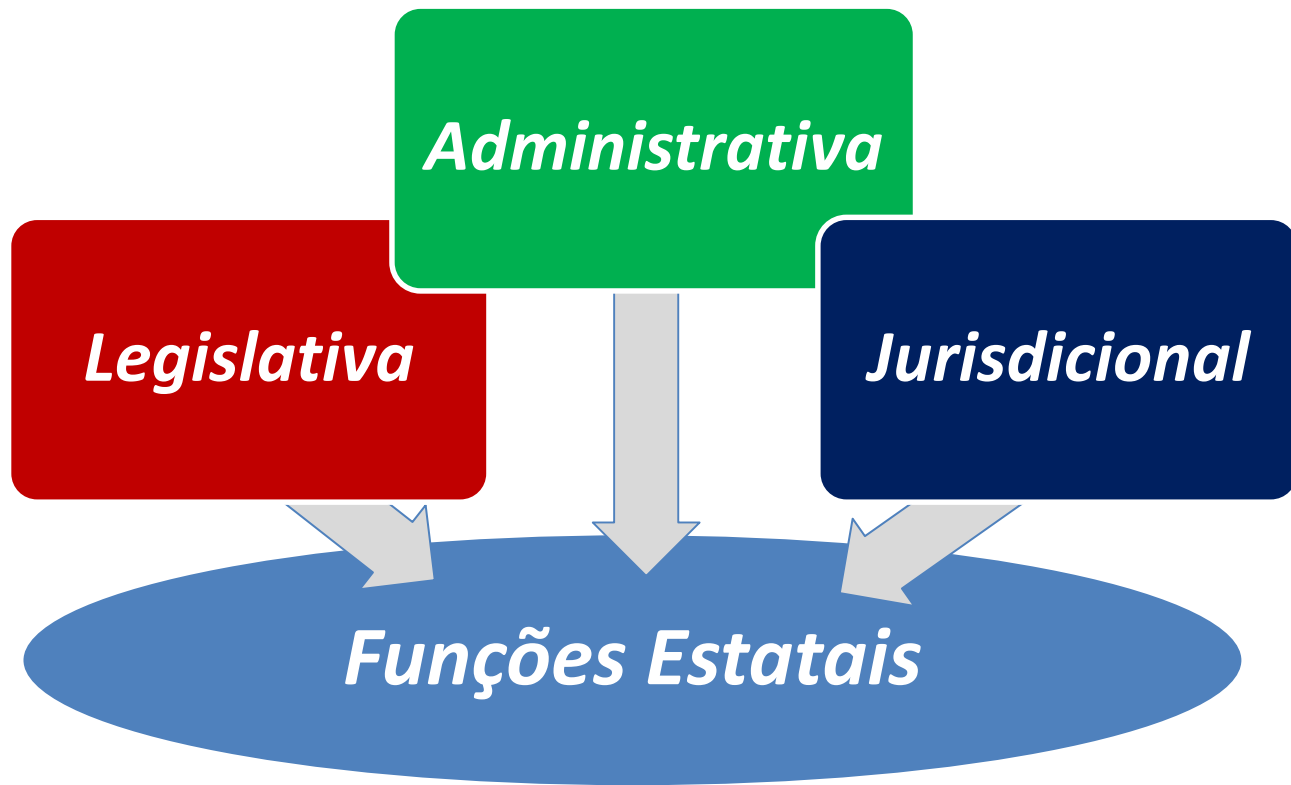
Fredie Didier



3º ELEMENTO DO CONCEITO DE JURISDIÇÃO

Imperatividade







JURISDIÇÃO

The diagram consists of four dark blue rounded rectangular boxes. The top-left box contains the word 'JURISDIÇÃO'. The top-right box contains 'MANIFESTAÇÃO DE PODER'. The middle box, centered horizontally, contains 'IMPERATIVIDADE'. The bottom box, which is wider and has a white background with a dark blue border, contains 'INEVITABILIDADE'. Red curved arrows indicate relationships: a long arrow from 'JURISDIÇÃO' to 'MANIFESTAÇÃO DE PODER'; two curved arrows on the left from 'JURISDIÇÃO' to 'IMPERATIVIDADE'; and two curved arrows on the right from 'MANIFESTAÇÃO DE PODER' to 'IMPERATIVIDADE'.

***MANIFESTAÇÃO DE
PODER***

IMPERATIVIDADE

INEVITABILIDADE



*“**Jurisdição** é a função, atribuída a terceiro imparcial, de realizar o direito de modo imperativo e criativo, reconhecendo, efetivando ou protegendo situações jurídicas concretamente deduzidas, em decisão insusceptível de controle externo e com aptidão para tornar-se indiscutível.”*

Fredie Didier



4º ELEMENTO DO CONCEITO DE JURISDIÇÃO

Criatividade



LIMITES DA ZONA (OU ÁREA) DA CRIATIVIDADE JURISDICCIONAL

- NORMAS DE DIREITO OBJETIVO***
- CASO CONCRETO***



DIMENSÕES DA CRIATIVIDADE JURISDICIONAL

- CRIAÇÃO DA NORMA JURÍDICA DIANTE DO CASO CONCRETO, ÚTIL PARA A SOLUÇÃO DE CASOS FUTUROS SEMELHANTES (“RATIO DECIDENDI” DOS PRECEDENTES JUDICIAIS).***
- CRIAÇÃO DA NORMA JURÍDICA DO CASO CONCRETO (NORMA INDIVIDUAL OU NORMA INDIVIDUALIZADA, CONTIDA NO DISPOSITIVO DA DECISÃO).***



“Jurisdição é a função, atribuída a terceiro imparcial, de realizar o direito de modo imperativo e criativo, reconhecendo, efetivando ou protegendo situações jurídicas concretamente deduzidas, em decisão insusceptível de controle externo e com aptidão para tornar-se indiscutível.”

Fredie Didier



5º ELEMENTO DO CONCEITO DE JURISDIÇÃO

Tutela de situações jurídicas.



ESPÉCIES DE TUTELA

***DE CONHECIMENTO OU
COGNITIVA***



***PROMOVE O
RECONHECIMENTO***

EXECUTIVA



***PROMOVE A
EFETIVAÇÃO***

***DE SEGURANÇA,
CAUTELAR OU INIBITÓRIA***



***PROMOVE A
PROTEÇÃO***

INTEGRATIVA



***PROMOVE A
INTEGRAÇÃO***



“Jurisdição é a função, atribuída a terceiro imparcial, de realizar o direito de modo imperativo e criativo, reconhecendo, efetivando ou protegendo situações jurídicas concretamente deduzidas, em decisão insusceptível de controle externo e com aptidão para tornar-se indiscutível.”

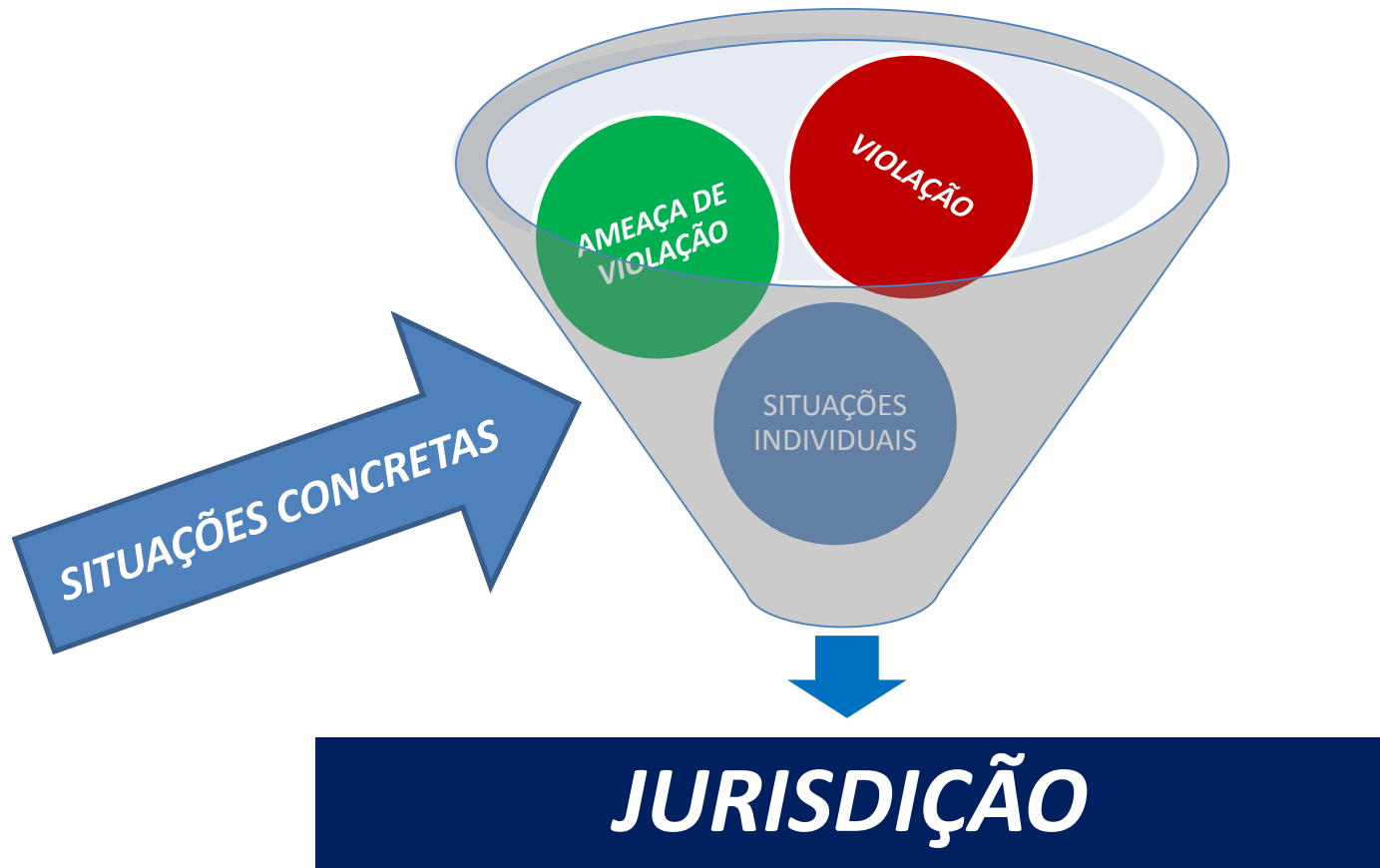
Fredie Didier



6º ELEMENTO DO CONCEITO DE JURISDIÇÃO

Concretude da atuação







“Jurisdição é a função, atribuída a terceiro imparcial, de realizar o direito de modo imperativo e criativo, reconhecendo, efetivando ou protegendo situações jurídicas concretamente deduzidas, em decisão insusceptível de controle externo e com aptidão para tornar-se indiscutível.”

Fredie Didier



7º ELEMENTO DO CONCEITO DE JURISDIÇÃO

Insusceptibilidade de controle externo



*“**Jurisdição** é a função, atribuída a terceiro imparcial, de realizar o direito de modo imperativo e criativo, reconhecendo, efetivando ou protegendo situações jurídicas concretamente deduzidas, em decisão insusceptível de controle externo e com aptidão para tornar-se indiscutível.”*

Fredie Didier



8º ELEMENTO DO CONCEITO DE JURISDIÇÃO

Aptidão para a coisa julgada material.



JURISDIÇÃO



COISA JULGADA MATERIAL



ELEMENTOS DO CONCEITO DE JURISDIÇÃO:

- 01 – IMPARTIALIDADE;***
- 02 – IMPARCIALIDADE;***
- 03 – IMPERATIVIDADE;***
- 04 – CRIATIVIDADE;***
- 05 – TUTELA DE SITUAÇÕES JURÍDICAS;***
- 06 – CONCRETUDE DA ATUAÇÃO;***
- 07 – INSUSCEPTIBILIDADE DE CONTROLE EXTERNO;***
- 08 – APTIDÃO PARA A COISA JULGADA MATERIAL.***



ARBITRAGEM: Lei n. 9.307/96



ARBITRAGEM E JURISDIÇÃO:

01 – IMPARTIALIDADE;

02 – IMPARCIALIDADE;

03 – IMPERATIVIDADE;

04 – CRIATIVIDADE;

05 – TUTELA DE SITUAÇÕES JURÍDICAS;

06 – CONCRETUDE DA ATUAÇÃO;

07 – INSUSCEPTIBILIDADE DE CONTROLE EXTERNO;

08 – APTIDÃO PARA A COISA JULGADA MATERIAL.



CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM

a) – CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA

b) – COMPROMISSO ARBITRAL



PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DA ARBITRAGEM:

- 01 – POSSIBILIDADE DE ESCOLHA DO DIREITO MATERIAL A SER APLICADO***
- 02 – ÁRBITRO PESSOA FÍSICA CAPAZ***
- 03 – DESNECESSIDADE DE HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL DA SENTENÇA***
- 04 – SENTENÇA ARBITRAL É TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL (CPC, ART. 475-N, IV)***
- 05 – IMPOSSIBILIDADE DE PROVIDÊNCIA EXECUTIVA***
- 06 – APTIDÃO PARA A COISA JULGADA MATERIAL***



PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DA ARBITRAGEM:

01 – POSSIBILIDADE DE ESCOLHA DO DIREITO MATERIAL A SER APLICADO

02 – ÁRBITRO PESSOA FÍSICA CAPAZ

03 – DESNECESSIDADE DE HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL DA SENTENÇA

04 – SENTENÇA ARBITRAL É TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL (CPC, ART. 475-N, IV)

05 – IMPOSSIBILIDADE DE PROVIDÊNCIA EXECUTIVA

06 – APTIDÃO PARA A COISA JULGADA MATERIAL



PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DA ARBITRAGEM:

- 01 – POSSIBILIDADE DE ESCOLHA DO DIREITO MATERIAL A SER APLICADO***
- 02 – ÁRBITRO PESSOA FÍSICA CAPAZ***
- 03 – DESNECESSIDADE DE HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL DA SENTENÇA***
- 04 – SENTENÇA ARBITRAL É TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL (CPC, ART. 475-N, IV)***
- 05 – IMPOSSIBILIDADE DE PROVIDÊNCIA EXECUTIVA***
- 06 – APTIDÃO PARA A COISA JULGADA MATERIAL***



PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DA ARBITRAGEM:

- 01 – POSSIBILIDADE DE ESCOLHA DO DIREITO MATERIAL A SER APLICADO***
- 02 – ÁRBITRO PESSOA FÍSICA CAPAZ***
- 03 – DESNECESSIDADE DE HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL DA SENTENÇA***
- 04 – SENTENÇA ARBITRAL É TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL (CPC, ART. 475-N, IV)***
- 05 – IMPOSSIBILIDADE DE PROVIDÊNCIA EXECUTIVA***
- 06 – APTIDÃO PARA A COISA JULGADA MATERIAL***



Lei n. 9.307/96, art. 31.

A **sentença arbitral** produz, entre as partes e seus sucessores, os mesmos efeitos da sentença proferida pelos órgãos do Poder Judiciário e, sendo condenatória, **constitui título executivo**.



CPC, art. 475-N.

São títulos executivos judiciais:

(...)

IV – a sentença arbitral;



PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DA ARBITRAGEM:

- 01 – POSSIBILIDADE DE ESCOLHA DO DIREITO MATERIAL A SER APLICADO***
- 02 – ÁRBITRO PESSOA FÍSICA CAPAZ***
- 03 – DESNECESSIDADE DE HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL DA SENTENÇA***
- 04 – SENTENÇA ARBITRAL É TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL (CPC, ART. 475-N, IV)***
- 05 – IMPOSSIBILIDADE DE PROVIDÊNCIA EXECUTIVA***
- 06 – APTIDÃO PARA A COISA JULGADA MATERIAL***



PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DA ARBITRAGEM:

- 01 – POSSIBILIDADE DE ESCOLHA DO DIREITO MATERIAL A SER APLICADO***
- 02 – ÁRBITRO PESSOA FÍSICA CAPAZ***
- 03 – DESNECESSIDADE DE HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL DA SENTENÇA***
- 04 – SENTENÇA ARBITRAL É TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL (CPC, ART. 475-N, IV)***
- 05 – IMPOSSIBILIDADE DE PROVIDÊNCIA EXECUTIVA***
- 06 – APTIDÃO PARA A COISA JULGADA MATERIAL***



Lei n. 9.307/96

Art. 33. A parte interessada poderá pleitear ao órgão do Poder Judiciário competente a **decretação da nulidade da sentença arbitral**, nos casos previstos nesta Lei.

§ 1º A demanda para a decretação de nulidade da sentença arbitral seguirá o procedimento comum, previsto no Código de Processo Civil, e **deverá ser proposta no prazo de até noventa dias** após o recebimento da notificação da sentença arbitral ou de seu aditamento.



ARGUMENTOS CONTRÁRIOS À NATUREZA JURISDICIONAL DA ARBITRAGEM:

- a) – Implica renúncia à jurisdição*
- b) – Inexiste outorga constitucional*
- c) – Não é possível a delegação de Poder Jurisdicional a árbitro privado*
- d) – Viola o princípio do juízo natural*
- e) – Decisões são inexecutáveis pelos árbitros*
- f) – Atende a pequena parcela da população*
- g) – Validade da sentença é controlável pelo Poder Judiciário*



ARGUMENTOS CONTRÁRIOS À NATUREZA JURISDICIONAL DA ARBITRAGEM:

- a) – Implica renúncia à jurisdição*
- b) – Inexiste outorga constitucional*
- c) – Não é possível a delegação de Poder Jurisdicional a árbitro privado*
- d) – Viola o princípio do juízo natural*
- e) – Decisões são inexecutáveis pelos árbitros*
- f) – Atende a pequena parcela da população*
- g) – Validade da sentença é controlável pelo Poder Judiciário*



ARGUMENTOS CONTRÁRIOS À NATUREZA JURISDICIONAL DA ARBITRAGEM:

- a) – Implica renúncia à jurisdição*
- b) – Inexiste outorga constitucional*
- c) – Não é possível a delegação de Poder Jurisdicional a árbitro privado*
- d) – Viola o princípio do juízo natural*
- e) – Decisões são inexecutáveis pelos árbitros*
- f) – Atende a pequena parcela da população*
- g) – Validade da sentença é controlável pelo Poder Judiciário*



ARGUMENTOS CONTRÁRIOS À NATUREZA JURISDICIONAL DA ARBITRAGEM:

- a) – Implica renúncia à jurisdição*
- b) – Inexiste outorga constitucional*
- c) – Não é possível a delegação de Poder Jurisdicional a árbitro privado*
- d) – Viola o princípio do juízo natural*
- e) – Decisões são inexecutáveis pelos árbitros*
- f) – Atende a pequena parcela da população*
- g) – Validade da sentença é controlável pelo Poder Judiciário*



ARGUMENTOS CONTRÁRIOS À NATUREZA JURISDICIONAL DA ARBITRAGEM:

- a) – Implica renúncia à jurisdição*
- b) – Inexiste outorga constitucional*
- c) – Não é possível a delegação de Poder Jurisdicional a árbitro privado*
- d) – Viola o princípio do juízo natural*
- e) – Decisões são inexecutáveis pelos árbitros*
- f) – Atende a pequena parcela da população*
- g) – Validade da sentença é controlável pelo Poder Judiciário*



ARGUMENTOS CONTRÁRIOS À NATUREZA JURISDICIONAL DA ARBITRAGEM:

- a) – Implica renúncia à jurisdição*
- b) – Inexiste outorga constitucional*
- c) – Não é possível a delegação de Poder Jurisdicional a árbitro privado*
- d) – Viola o princípio do juízo natural*
- e) – Decisões são inexecutáveis pelos árbitros*
- f) – Atende a pequena parcela da população*
- g) – Validade da sentença é controlável pelo Poder Judiciário*



ARGUMENTOS CONTRÁRIOS À NATUREZA JURISDICIONAL DA ARBITRAGEM:

- a) – Implica renúncia à jurisdição*
- b) – Inexiste outorga constitucional*
- c) – Não é possível a delegação de Poder Jurisdicional a árbitro privado*
- d) – Viola o princípio do juízo natural*
- e) – Decisões são inexecutáveis pelos árbitros*
- f) – Atende a pequena parcela da população*
- g) – Validade da sentença é controlável pelo Poder Judiciário*



EQUIVALENTES JURISDICIONAIS:

01 - Autotutela (ou autodefesa)

02 – Autocomposição

03 – Composição estatal não-jurisdicional



CC, art. 1.210. (...)

§ 1º O possuidor turbado, ou esbulhado, poderá manter-se ou restituir-se por sua própria força, contanto que o faça logo ...



CC, art. 1.467.

São credores pignoratícios, independentemente de convenção:

I - os hospedeiros, ou fornecedores de pousada ou alimento, sobre as bagagens, móveis, jóias ou dinheiro que os seus consumidores ou fregueses tiverem consigo nas respectivas casas ou estabelecimentos, pelas despesas ou consumo que aí tiverem feito;



Código Civil, art. 742.

O transportador, uma vez executado o transporte, tem direito de retenção sobre a bagagem de passageiro e outros objetos pessoais deste, para garantir-se do pagamento do valor da passagem que não tiver sido feito no início ou durante o percurso.



CP - Legítima defesa

Art. 25 - Entende-se em legítima defesa quem, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem.



EQUIVALENTES JURISDICIONAIS:

01 - Autotutela (ou autodefesa)

02 – Autocomposição

a) – submissão

b) – transação

03 – Composição estatal não-jurisdicional



Conciliação e mediação:

Resolução n. 125, de 29 de novembro de 2010, do CNJ.



CC, art. 100.

Os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar.



EQUIVALENTES JURISDICIONAIS:

01 - Autotutela (ou autodefesa)

02 – Autocomposição

a) – submissão

b) – transação

03 – Composição estatal não-jurisdicional



PRINCÍPIOS DA JURISDIÇÃO

- a) – Territorialidade***
- b) – Indelegabilidade***
- c) – Inafastabilidade***
- d) – Juízo natural***



PRINCÍPIOS DA JURISDIÇÃO

- a) – Territorialidade*
- b) – **Indelegabilidade***
- c) – Inafastabilidade*
- d) – Juízo natural*



PRINCÍPIOS DA JURISDIÇÃO

- a) – Territorialidade*
- b) – Indelegabilidade*
- c) – Inafastabilidade*
- d) – Juízo natural*



PRINCÍPIOS DA JURISDIÇÃO

- a) – Territorialidade*
- b) – Indelegabilidade*
- c) – Inafastabilidade*
- d) – Juízo natural*



UNIDADE DA JURISDIÇÃO



ESPÉCIES DE JURISDIÇÃO

- a) – Quanto à matéria***
- b) – Quanto ao grau***
- c) – Quanto à origem ou proveniência***
- d) – Quanto ao objeto***



ESPÉCIES DE JURISDIÇÃO QUANTO À MATÉRIA

a) – Jurisdição penal

b) – Jurisdição não-penal ou civil “lato sensu”

I) – Jurisdição civil “stricto sensu”

II) – Jurisdições especiais (exs.: Trabalhista e Eleitoral)



ESPÉCIES DE JURISDIÇÃO QUANTO AO GRAU

- a) – Jurisdição inferior*
- b) – Jurisdição superior*



ESPÉCIES DE JURISDIÇÃO QUANTO À ORIGEM OU PROVENIÊNCIA

a) – Jurisdição estatal

b) – Jurisdição convencional



ESPÉCIES DE JURISDIÇÃO QUANTO AO OBJETO

a) – Jurisdição contenciosa

b) – Jurisdição voluntária (ou graciosa ou administrativa)



JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA



CONCEPÇÕES DA JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA

- a) – administração pública de interesses privados*
- b) – legítima atividade jurisdicional*



JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA E ELEMENTOS DO CONCEITO DE JURISDIÇÃO:

- 01 – IMPARTIALIDADE;***
- 02 – IMPARCIALIDADE;***
- 03 – IMPERATIVIDADE;***
- 04 – CRIATIVIDADE;***
- 05 – TUTELA DE SITUAÇÕES JURÍDICAS;***
- 06 – CONCRETUDE DA ATUAÇÃO;***
- 07 – INSUSCEPTIBILIDADE DE CONTROLE EXTERNO;***
- 08 – APTIDÃO PARA A COISA JULGADA MATERIAL.***



LEITURA MÍNIMA –

Capítulos iniciais das seguintes obras (em ordem alfabética, pelos nomes dos autores):

Braga, Paula Sarno. *Processo Civil – Teoria Geral do Processo Civil*, 2ª edição. Salvador: JusPODIVM, 2013.

Cintra, Antonio Carlos de Araújo; Grinover, Ada Pellegrini; Dinamarco, Cândido Rangel. *Teoria Geral do Processo*, 30ª edição. São Paulo: Malheiros, 2014.

Didier Jr., Fredie. *Curso de Direito Processual Civil – Introdução ao Direito Processual Civil e Processo de Conhecimento*, volume 1, 16ª edição. Salvador: JusPODIVM, 2014.

Marinoni, Luiz Guilherme. *Curso de Processo Civil – Teoria Geral do Processo*, volume 1, 8ª edição. São Paulo: RT, 2014.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA (em ordem alfabética, pelos nomes dos autores):

Adonias, Antônio; Klippel, Rodrigo. *Manual de Direito Processual Civil*, 3ª edição. Salvador: JusPODIVM, 2013.

Braga, Paula Sarno. *Processo Civil – Teoria Geral do Processo Civil*, 2ª edição. Salvador: JusPODIVM, 2013.

Câmara, Alexandre Freitas. *Lições de Direito Processual Civil*, volume I, 25ª edição. São Paulo: Atlas, 2014.

Cintra, Antonio Carlos de Araújo; Grinover, Ada Pellegrini; Dinamarco, Cândido Rangel. *Teoria Geral do Processo*, 29ª edição. São Paulo: Malheiros, 2013.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA - continuação (em ordem alfabética, pelos nomes dos autores):

Didier Jr., Fredie. *Curso de Direito Processual Civil – Introdução ao Direito Processual Civil e Processo de Conhecimento*, volume 1, 16ª edição. Salvador: JusPODIVM, 2014.

Dinamarco, Cândido Rangel. *Instituições de Direito Processual Civil*, volume I, 7ª edição. São Paulo: Malheiros, 2013.

Greco, Leonardo. *Jurisdição Voluntária Moderna*. São Paulo: Dialética, 2003.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA - continuação (em ordem alfabética, pelos nomes dos autores):

Marinoni, Luiz Guilherme. *Curso de Processo Civil – Teoria Geral do Processo*, volume 1, 8ª edição. São Paulo: RT, 2014.

Santos, Moacyr Amaral. *Primeiras Linhas de Direito Processual Civil*, volume 1, 29ª edição. São Paulo: Saraiva, 2012.

Scarpinella Bueno, Cássio. *Curso Sistematizado de Direito Processual Civil – Teoria Geral do Direito Processual Civil*, volume 1, 8ª edição. Saraiva: São Paulo, 2014.

